



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº2 – Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 15 de abril de 2016

No dia quinze de abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata da 1ª sessão ordinária do dia 26 de fevereiro, do ano 2016.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2 – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2015 – mapas de prestação de contas e relatório de gestão;

4.3 - Minuta de Contrato-Programa a celebrar entre os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A e parecer do Fiscal Único;

4.4 – EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso / Relatório e Contas ano 2015 / Para conhecimento;

4.5 - EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso /Relatório de Execução Orçamental 4º trimestre 2015 /Para conhecimento.

4.6 - EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso/Plano de Atividades e Orçamento – 1ª Revisão – 2016 / Para conhecimento;

4.7- Projeto de Regulamento Municipal de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.8 – Proposta de Regulamento que estabelece os Procedimentos a Observar em Caso de Acidentes de Trabalho;

4.9 – Proposta de Regulamento Municipal de Fardamento e Equipamento de Proteção Individual;

4.10 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Fernanda Gonçalves Carneiro Pires, residente em Linharelhos, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.11 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sr. Fernando Manuel Abreu Carvalho Azevedo, residente em Lourenço, freguesia de Cabril, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.12 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sr. José Carlos Castelo Apolónio, com a propriedade em S. Mateus, freguesia da Chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.13 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sr. José Carlos Castelo Apolónio, residente em Meixide, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.14 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sr. Sérgio Manuel Barreira Azevedo, residente em Venda Nova, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11);

4.15 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sr. Luis Miguel Passos Magalhães, residente em Beçós, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

5 – Período após a ordem do dia

Efetou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e quatro membros, à exceção dos deputados António Ferreira, Carla Rodrigues, Clotilde Gomes, José Miranda Alves, Ana Martins, Rui Duarte e João Santos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Marco Sousa, Clotilde Gomes, António Eduardo Santos e Ana Martins.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Carla Rodrigues, Nuno Pereira, José Carlos Costa e Vítor Carreira.

Estiveram presentes, na sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves, o Senhor Vice - Presidente da Câmara Municipal, David José Varela Teixeira, os Senhores Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz, José Duarte Crespo Gonçalves e Elsa Maria de Moura Minhava.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Apreciação e votação da ata da 1ª sessão ordinária do dia 26 de fevereiro, do ano 2016.

A ata da 1ª sessão ordinária, realizada no passado dia 26 de fevereiro de 2016, foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com duas abstenções dos deputados Marco Sousa e Nuno Pereira.

2 – Expediente para conhecimento.

Não foi recebido expediente.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

O Senhor Vice-Presidente da Câmara apresentou o seguinte requerimento à Mesa da Assembleia, solicitando o uso da palavra em defesa da honra: "Exmo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre: na sequência dos assuntos debatidos na última sessão da Assembleia Municipal, solicito o uso da palavra em defesa da honra. Assinado, o Vice- presidente Dr. David Teixeira."

O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que pediu para usar da palavra uma vez que, na última reunião da assembleia municipal encontrava-se ausente e em representação do Município noutra atividade e precisa repor a verdade.

Referiu que se tentou dizer que ele tentou registar uma marca de queijos e foi recusada, que tentou registar a Sexta 13 e também foi recusada e tanto insistiu que conseguiu registar o Cozido à Barrosã. Isto é mentira. É típica caldeirada a que todos estamos habituados para confundir e maldizer.

O registo do cozido é apenas para ser usado no merchandising e está ao serviço do Ecomuseu pois o cozido, como prato regional, é um nome público e ninguém pode registar.

Disse que o registo foi feito por ele, tal como outros registos em 2010 e 2011, bem longe do cargo de vice-presidente que só tem há dois anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Informou que todas as marcas por ele registadas estão ao serviço do Ecomuseu, em defesa do nosso concelho e é o Ecomuseu que faz a gestão dessas mesmas marcas. Disse que os pedidos mais recentes de registo foram simulações que visavam testar o uso do topónimo Montalegre, pois estavam a aparecer produtos com essa marca. Relativamente à sexta 13 que já tinha sido registada há cinco anos atrás por ele mesmo, recentemente teve conhecimento de novos produtos como é o caso do mel e da cerveja, com esse nome e queria inteirar-se que tal não voltaria a acontecer. Realçou que nenhuma marca está registada e está a ser utilizada por ele. Deixou o repúdio pela forma e pela atitude com que fizeram uso da sua honra e do seu nome quando ele não se encontrava presente, com a capa de que pediam esclarecimentos, sabendo que, estando ausente, nada podia dizer nessa assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Ana Isabel Dias, Nuno Pereira, Acácio Gonçalves e José Carlos Costa.

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Camara Municipal de Montalegre, Ilustres Membros do Executivo Municipal, Senhores vereadores, Caríssimos colegas desta Assembleia e demais presentes: já tive oportunidade de me dirigir, noutras alturas, a esta Assembleia para partilhar algumas reflexões sobre o trabalho desenvolvido neste Município (e por este Município) no que respeita aos domínios da ação social e da saúde.

Não escondo a minha especial motivação por estes dois sectores pois dedico-me, também a eles, de coração e com a convicção que a razão me consegue dar.

Gostaria assim, em primeiro lugar, de prestar aqui o meu melhor reconhecimento a uma das instituições de referência do concelho: a Santa Casa da Misericórdia. Trata-se de uma instituição de respeito e cujos Valores estatutários, quando devidamente implementados, vividos e colocados ao serviço da população, nos merecem o maior e melhor reconhecimento.

Deste modo, sem esquecer o trabalho que até hoje foi feito, quero aqui demonstrar o meu contentamento e reconhecimento, na pessoa do Sr. Provedor, Prof. Fernando Rodrigues, aos novos Órgãos dessa instituição que recentemente tomaram posse e começaram já a fazer um trabalho diferenciador e indicador de uma leitura de intervenção social mais atual e direcionada para aqueles a quem presta apoio.

Não tenho dúvidas que, com a atual conjuntura política nacional, esta equipa procurará desenvolver um trabalho de qualidade, tendo sempre bem presente conceitos como parceria, rede social, igualdade de oportunidades, justiça social, inclusão e coesão sociais.

Falo de uma forma diferente de olhar para os mais vulneráveis, não da forma que foram olhados nos últimos anos, como pobres e para quem as respostas e intervenção social se resumiam ao vergonhoso "para quem é, isto ou aquilo basta." Não! Falo de perspetivas de intervenção solidárias e humanizadas que, embora possam parecer de pouco interesse para alguns, a importância é certamente reconhecida por quem trabalha nestas áreas. Por isso mesmo, estou convicta que a nova direção da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre não deixará, dentro das suas possibilidades, de proporcionar experiências significativas a quem não tem as mesmas oportunidades.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

E porque falo de IPSS's, porque apesar do Estatuto especial de que goza, a Santa Casa da Misericórdia é uma IPSS, não posso deixar de mencionar aqui o apoio financeiro, estrutural e logístico atribuído pela Câmara Municipal no âmbito da criação de novas respostas sociais para o concelho. Sublinho, trata-se de respostas para a população e que servem, de facto, o interesse público, o interesse dos barrosões e nunca outro tipo de interesses.

Para finalizar, quero sublinhar a importância de valorizar este trabalho, de o mostrar com orgulho, investir também na publicação de documentos que traduzam esta realidade e que o divulguem no concelho e fora dele.

O empenho na promoção de desenvolvimento social e bem-estar da população, sobretudo a mais vulnerável, merecem o nosso elogio, o reconhecimento de todos e o respeito por aqueles que usufruem destas iniciativas.

Quem assim não disser, não poderá estar bem intencionado.

Outro assunto que gostaria de partilhar convosco, e que muito me honra, diz respeito ao projeto de desenvolvimento sustentável do Planalto da Mourela, no Parque Nacional da Peneda Gerês, que foi distinguido pelo Prémio da União Europeia para o Prémio Europa Nostra.

Este projeto foi distinguido na categoria Educação, formação e sensibilização, colocando o foco na paisagem cultural desta nossa impressionante paisagem.

Dizer ainda que este prémio tem especial importância pelo facto de também os pastores terem contribuído para ele. É, portanto, um prémio, de alguma forma, comunitário.

E digo isto porque o projeto decorre de um trabalho harmonioso e em sintonia com os vários intervenientes, entre eles os pastores, compartes de baldios, Parque Nacional, Município, entre outros, que terá como resultado primordial a preservação e conservação da paisagem, nomeadamente com a redução muito significativa dos incêndios que a todos preocupa.

Também aqui, quem não reconhece a importância deste projeto e respetiva distinção, não estará bem intencionado na defesa do nosso território. Assinado, a deputada Ana Isabel Dias."

O deputado Nuno Pereira falou da Santa Casa da Misericórdia e disse que é muito mau quando se usa como arma de arremesso político uma instituição de respeito que deve ser respeitada por si e não usá-la para outros fins.

Falou da revisão das autarquias e da intenção do Governo em corrigir alguns erros, pois foi um processo feito atabalhoadamente, sem critérios, sem nexos, sem sentido. Não resolveu problemas nenhuns e não fez a exigida revisão consistente que envolvesse não só a extinção de algumas freguesias, mas resolvesse todo o sistema.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, pois deduz que tenha contactos privilegiados, se está em perspetiva alguma mudança nesse sentido.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exma. Mesa da Assembleia Municipal, Senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores: Acácio da Silva Gonçalves, representante nesta Assembleia Municipal do Grupo Municipal PSD/CDS "Unidos por Montalegre", vem, por este meio, contestar o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

depoimento feito pelo Sr. Vice-presidente do executivo municipal efetuado em reunião de Câmara de 7/3/2016 exarado em ata nº5 ao pretender defender-se da minha intervenção nesta Assembleia Municipal em que tornei público o facto de ter efetuado o registo de uma marca "Cozido à Barrosã" e tentado registar mais duas marcas, a primeira de cariz nominativo "Sexta 13 noite das bruxas" e "Queijos Montalegre", só que fiz alguns reparos sobre possíveis ilegalidades que estaria a cometer só pelo facto de se tratar do vice-presidente do executivo camarário. Sendo assim, a falta de respeito da minha pessoa na qualidade de membro desta assembleia municipal a que o Dr. David Teixeira se refere para com a Câmara Municipal não é verdade até porque esta Assembleia existe precisamente com uma das suas funções que é fiscalizar o que eu bem entender no executivo municipal; também não são infundados as denúncias apresentadas, pois os registos existentes e foram titulados em seu nome; quanto às insidiosas acusações tenho a informar o Senhor Vice Presidente David Teixeira que a frontalidade e dignidade da minha pessoa não se parecem nada com ciladas acusatórias.

A fim de lhe postar o esclarecimento devido quero informá-lo do seguinte: 1º- Não é verdade o que disse na reunião do executivo que as duas marcas "Queijos de Montalegre" e "Sexta 13 – Noite das Bruxas" estavam registadas em nome do Ecomuseu – Associação Cultural; a primeira não consta no registo do Instituto Nacional de Propriedade Industrial e a segunda também não existe qualquer registo em nome do Ecomuseu - Associação de Barroso que é Sexta 13 – Noite das Bruxas, que não é o mesmo que tentou registar, porque na sua marca falta-lhe a palavra "Feira" e esta diferença é bastante para ser confundível com o registo efetuado, mas agora estamos em tempo de confusões, porque agora está na moda o "Apostrofe" na palavra Mont´alegre referente a vinhos; 2º - Quanto à tentativa de factos políticos que me tenta acusar não é verdade e os factos falam por si e de facto houve intenção em registar as marcas e isso é claro como a água, só não as registou porque lhe foram recusados os registos. A da sexta e a dos queijos tem a palavra de uma nobre terra que é Montalegre; 3º - "Marca" é um sinal utilizado por um empresário para distinguir os produtos sobre os quais incide a sua atividade económica ela favorece a empresa associando-a a uma certa publicidade; a marca identifica o produto ou o serviço e não quer saber da sua proveniência.

O Senhor Vice-presidente ao registar qualquer marca está a exercer uma atividade empresarial e como empresário tinha obrigações com esta Assembleia Municipal como estabelece o estatuto de autarca local (Lei 29/87 de 30 de junho alterado pela lei 52-A/2005) porque em 2013 na 1ª reunião em que tomou posse como vereador deveria dar conhecimento a esta Assembleia Municipal que exercia a atividade empresarial numa sociedade irregular com outra pessoa que era Anabela Verdiana Dias Vassalo e não o fez; 4º - Tenho também as minhas dúvidas se houve a intenção de obter vantagens ao tentar registar a marca de "Sexta 13 – Noite das Bruxas" sem a palavra feira e então aí estaríamos na presença de um titular de cargo político em participação económica em negócio ilícito; 5º - O caso de marca é confuso mas muito importante, senão vejamos o que acontece com o "Pastel de Chaves" que tentaram várias pessoas e instituições apropriar-se da marca mas a oposição da Câmara Municipal de Chaves fez-se sempre sentir. A marca "Posta à Mirandesa" foi várias vezes recusada até à cooperativa Agro- Pecuária Mirandesa C.R.C, segundo se consta por pressão da C.M. de Miranda do Douro; 6º - Para que se torne público a marca "Ecomuseu" nominativa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

e figurativa é propriedade do Município de Montalegre desde 23/12/2009. Assinado, o deputado municipal Acácio Gonçalves.”

O deputado José Carlos Costa disse que foi incumbido de falar da nova academia que foi fundada em Montalegre – Academia de Futebol e Futsal Abelhas Azuis (AFFAA). Disse que esta academia tem como principal objetivo a formação de jovens e irá ser parceira do Clube Desportivo e Cultural de Montalegre (CDCM) e será com este nome que irá competir.

Disse que a referida academia irá ter cinco escalões. A AFFAA ficará responsável pela formação dos jovens e o CDCM irá dar apenas o nome. Em termos organizacionais e de gestão ficará tudo separado pois trata-se de dois órgãos totalmente diferentes. Agradeceu a todos os pais, simpatizantes, empresas, Juntas de Freguesia e autarquia pelo excelente apoio que têm dado.

O deputado Acácio Gonçalves apresentou o seguinte requerimento à Mesa da Assembleia: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Montalegre: Acácio da Silva Gonçalves, representante do Grupo Municipal do PSD/CDS – “Unidos por Montalegre” requer a V. Exa, conforme já foi solicitado várias vezes em Assembleias Municipais anteriores, que lhe seja enviado o Plano de Gestão e Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, conforme aprovação da Recomendação nº1/2009 Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) entidade administrativa independente a funcionar junto do Tribunal de Contas.

Perdoar-me-á V. Exa que lhe informe que embora a autarquia prossiga em interesse próprio distinto do interesse nacional em que esse interesse é gerido por órgãos eleitos na autarquia e pela autarquia, embora no exercício da autarquia o Governo exerce uma tutela da legalidade e é no âmbito desta tutela que administrativamente é um controlo extraordinário expressamente previsto na lei, visando preservar o carácter unitário do Estado. Assinado, o deputado Municipal Acácio Gonçalves.”

O Senhor Vice-Presidente da Câmara fez novamente uso da palavra e disse que desde que é vice-presidente nunca registou nada. Não aceita lições de moral vindas de quem vem. Mesmo que registasse uma marca não é incompatível e não é a mesma coisa que dar início de atividade.

Disse ainda que a lei invocada, sobre o Estatuto de Eleito local, nada tem a ver com o assunto e a acusação de incompatibilidade tem o seu enquadramento na Lei nº64/93, de 26 de agosto.

O Senhor Presidente da Câmara falou do prémio “Terra Nostra” da Adere Peneda Gerês onde estão envolvidos todos os municípios da zona do Parque Nacional da Peneda Gerês e onde Montalegre está bem representado. O prémio tem incidência muito específica no território montalegrense e premeia as boas práticas levadas a cabo pela Junta de Freguesia de Pitões, Conselho Diretivo de Baldios e população em geral e onde claramente se destaca a liderança e capacidade organizadora da Sra. Presidente da Junta, Eng^a Lúcia Jorge.

Disse que é um prémio que valoriza as intervenções feitas no planalto da Mourela e onde a questão da prevenção dos incêndios assume particular relevância. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

sustentabilidade desta parte do território é uma grande oportunidade de trazer muita gente à Mourela.

Sobre a Misericórdia disse que está em boas mãos. Não deveria ser politizada malgrado, na verdade, todo o homem é um animal político. Uns com mais responsabilidades, outros com menos e o Prof. Fernando Rodrigues não é mais político para que toda esta celeuma se crie só por ter sido um prestigiado autarca. Tem toda a legitimidade para concorrer e representar as instituições da nossa terra cuja independências, saberá salvaguardar. O que precisamos é de pessoas que tenham experiência e que saibam ter fios condutores ou desígnios para levar a cabo bons projetos a bom porto. Não tem dúvida que vai fazer um bom trabalho. Tem todas as condições para isso e também tem noção que tem muito trabalho pela frente. O desafio é grande mas também só grandes homens podem levá-lo avante.

No que diz respeito ao relacionamento entre a instituição Santa Casa da Misericórdia de Montalegre e a entidade Câmara Municipal de Montalegre, disse que sempre foi um relacionamento cordato, racional e sensato e assim continuará.

Sobre a hipotética reversão da reforma administrativa, disse que não acredita que a façam. Disse que uma reforma bem-feita em Montalegre seria, em vez de abolirem cinco, das trinta e cinco freguesias, ficarem apenas cinco onde haveria uma secretaria ambulante, devidamente equipada, com dois técnicos que percorreriam o território, de acordo com uma programação e calendário a ser previamente definidos. As pessoas sentir-se-iam mais bem servidas. Disse que não tem informações privilegiadas pois a ANMP nada lhe comunicou.

Sobre os assuntos levantados pelo deputado Acácio Gonçalves disse que não vale a pena forçar a barra para tentar fazer crer às pessoas a verdade que não conseguem ouvir. As intenções dos outros não nos cabe a nós ajuizá-las, pelo que se fica por aqui. Quanto ao plano anticorrupção, disse que pensou que já lho tinham facultado, mas vai tentar que lho façam chegar na presente sessão.

Sobre o plano territorial do Alto Tâmega, disse que foi apresentado na Assembleia Municipal pelo próprio secretário da CIM. Ao município de Montalegre cabem 6 milhões 268 mil euros. Esta distribuição foi feita tendo em conta 10% igual para todos os municípios, 40% em função da área e 50% em função da população. Mas deste dinheiro há que referir que 3 milhões de euros são para distribuir por sete anos. É o que está garantido no Pacto.

Disse que já deu entrada da candidatura do Castelo que foi negociada com a Direção da Cultura do Norte onde esta entidade é o promotor mas é a Câmara que vai inscrever a obra no seu plano de ação, que a vai dotar financeiramente e vai pagar 15% do valor total da obra. É a única forma de vermos o castelo aberto e transformado na sala de visitas que a sede de concelho merece ter.

Disse que também está previsto dinheiro para a modernização administrativa, para a eficiência energética, para iluminação pública e dos edifícios e para os regadios. Espera que as juntas de regantes se mexam e aproveitem a oportunidade.

Disse que também estão previstos 400 mil euros para a Unidade de Cuidados Continuados mas tem noção que não chega e, como tal, esta verba será desagregada para as intervenções nos centros de dia de Paredes do Rio e de Vilar de Perdizes. Estão sem condições e estão a ser alvo do cerco do Centro Distrital de Vila Real.

Disse que se deve enaltecer o trabalho levado a cabo pela Associação A Colmeia pois a direção fez um excelente trabalho, envolvendo umas dezenas largas de crianças,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

incentivando-as à prática do desporto e consagrando-se campeãs nacionais nos vários escalões. Mais, fizeram o impensável que foi unir todos os pais em volta de um só projeto.

Disse que o mérito maior é o da formação. É para aí que temos que caminhar. Os 50 mil euros que a Câmara dá a cada clube são muito dinheiro. E fazer formação como faz a A Colmeia ou o Vilar de Perdizes, envolvendo a comunidade é naturalmente muito salutar.

Terminou dizendo que a Câmara de Ribeira de Pena dá apenas 20 mil euros a cada Clube. O que faz com que, se calhar, o Município de Montalegre tenha que rever os apoios que vem dando.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Pedro Barroso, Acácio Gonçalves, Ana Isabel Dias, Nuno Pereira, José Carlos Costa e Marco Sousa.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas: relativamente ao assunto que o colega Deputado José Carlos Costa levantou, quero desde já dar os parabéns ao bom trabalho realizado pelas Abelhas Azuis em conjunto com a Associação a Colmeia. E se esta união correu tão bem e com resultados à vista, queria questionar o porquê de a nova Academia de futsal preferir agora trabalhar com o CDC Montalegre em vez de continuar ligada a AD Colmeia. Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso."

O deputado Acácio Gonçalves disse que a política entrou diretamente para a Santa Casa da Misericórdia quando o Prof. Fernando Rodrigues decidiu candidatar-se. Julga que não houve nada de especial. Houve uma impugnação, argumentou-se o que teve que se argumentar, o Bispo aceitou e disse que a política não era chamada para ali, mas o facto é que ele é político e não se pode negar isso.

Disse que nunca tinha ido a nenhuma Assembleia da Santa Casa. Mas desde que viu a política a ser introduzida naquela instituição teve que reagir juntamente com outros irmãos. A Santa Casa vai ser conduzida pelo Provedor eleito e espera que tudo corra bem e espera nunca precisar de ir para lá pois pode ser mal recebido.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que se houve ou não houve nada de especial no processo da Misericórdia, será o tribunal a dizê-lo.

A deputada Ana Isabel Dias disse que não sabe se o deputado Acácio Gonçalves brinca com os deputados presentes ou se apenas se trata de ignorância natural. No que diz respeito à CPCJ, lembra que os deputados eleitos foram eleitos por escrutínio secreto em Assembleia Municipal.

Disse que o deputado Acácio Gonçalves não pode ir apenas para as reuniões com o intuito de atacar este ou aquele. Deve estar atento aos assuntos e às votações que faz deveria preocupar-se mais com os riscos a que as crianças do concelho estão sujeitas e não com as pessoas que foram indicadas. Há tantas iniciativas que podem ser tomadas para ajudar as crianças e nunca viu o deputado Acácio a ter uma atitude mais participativa e menos crítica.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Nuno Pereira disse que a determinada altura das intervenções não se percebe se estão a falar do vice-presidente ou do cidadão David Teixeira. Não é dignificante para a Assembleia Municipal, nem para quem intervém, nem para o vice-presidente. Há coisas que têm a ver com a vida particular das pessoas e que não são para aqui chamadas, ainda por cima por pessoas que não têm espírito empreendedor. Muitas vezes as pessoas fazem intervenções só para mostrarem que existem e seria uma grande demonstração de respeito pelo órgão, quando não temos nada de jeito para dizer, resumir-nos ao silêncio. Fica no ar a ideia de ilegalidade e é uma imoralidade que alguém saiba que estão a ser praticadas ilegalidades e não as denunciar.

O deputado José Carlos Costa disse que trabalharam durante três anos com a Associação A Colmeia que tem caráter desportivo, mas houve a necessidade de criar a própria associação de forma a candidatar a fundos comunitários e outros apoios. E houve também a necessidade de envolver os pais, incluindo-os nos órgãos sociais de forma a que eles sentissem que o projeto é de todos. Realçou que financeiramente a AFFAA e o CDCM não se misturam. São organismos diferentes, com órgãos sociais diferentes, com objetivos diferentes mas que irão trabalhar em parceria para levar o nome de Montalegre aos pódios distritais e nacionais.

O deputado Marco Sousa referiu que o Primeiro-ministro António Costa disse que “um ministro não se deve esquecer que é ministro nem que seja no café”. Disse que a dissociação entre o Vice-presidente e o David Teixeira não pode ser feita. Disse que a ética é a prática dos bons costumes e os bons costumes também são para aqui chamados. Num negócio tem que haver três fatores: ética, rentabilidade e legalidade. Têm que estar os três associados. Disse que, da explicação dada pelo Senhor Vice-presidente não ficou esclarecido. Gostava que o esclarecesse se o fez a título individual ou como responsável pela autarquia.

O deputado Nuno Pereira fez uso da palavra para fazer um ponto de ordem e disse que a palavra por ele utilizada foi imoralidade. A ética tem a ver com a justificação da utilização dos bons costumes e estes estão na área da moral. Disse que a função da assembleia não é a de controlar a vida privada de ninguém e se alguém tem alguma suspeição de ilegalidade é uma imoralidade que não a denuncie. Disse que a legalidade tem a ver com o exercício restrito da lei. Disse que no início da reunião o Senhor Presidente da Câmara referiu que “todo o homem é um animal político” e ele acrescenta a frase “o homem que vive só ou é um Deus ou é uma besta”. Se alguém está constantemente a incomodar os outros, sem respeito por ninguém, uma vez que não é um Deus, conclui-se que não está a ser correto.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Barroso e Acácio Gonçalves.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Sei que o Inverno tem sido muito rigoroso e a rede viária do concelho é muito extensa, mas também é claro, até por este documento, que grande parte dos funcionários e brigadas do Município, têm estado focados no apoio à realização do Rallycross WRX (na brigada das máquinas até está repetido) e, por isso, não é de admirar a lástima em que se encontram muitas vias concelhias (que eu por felicidade e, neste caso, para infelicidade do meu carro, percorro muitos quilómetros nelas todos os dias).

Vou particularizar uma, porque já acerca de um ano atrás aqui tinha falado nela e é no centro de uma localidade: Morgade. Não sei se Morgade está a sofrer retaliações por causa de ter sido contra o negócio da escola, mas tem a rua central uma miséria. Não são os buracos no meio do alcatrão, é o alcatrão no meio dos buracos.

Olhando novamente para o documento, na parte das transferências queria saber a que se referem os valores de apoio ao Ecomuseu (18750,00 euros) e de Contratos emprego e inserção (23616,22 euros). Tinha a ideia que o Município tinha deixado de apoiar estágios de emprego e agora vejo estes valores. Será porque já se aproximam as eleições autárquicas de 2017? Assinado, o deputado municipal Pedro Barroso."

O deputado Acácio Gonçalves disse que a lei determina que o executivo deve mandar atempadamente para os deputados o relatório de atividades entre assembleias.

Disse que o relatório lhe chegou tarde e mal e pelo menos os representantes dos partidos deveriam recebê-lo atempadamente. Disse que foi aos serviços que prestam serviços de assessoria à Mesa da Assembleia pedir pelo menos a ata e estes disseram que tinham que ter autorização superior.

Disse que não se admite que tenha que andar a mendigar informações pois uma das suas funções como deputado é a de fiscalizar e esta câmara tem muito que ser fiscalizada.

Sobre os requerimentos que entrega à Mesa, disse que exige resposta. O órgão tem que funcionar, pois o que não tem uso cai em inatividade.

O Senhor Presidente da Câmara pede desculpa pelo envio tardio da documentação, mas não lhe foi possível fazê-lo mais cedo.

Disse que o resumo lido retrata a atividade entre assembleias com muita clareza e simplicidade de forma que seja perceptível por todos.

Disse que o documento que vigora entre assembleias são as minutas e estas estão disponíveis no site da autarquia. As atas são sempre aprovadas nas reuniões seguintes.

Informou que as transferências para o Ecomuseu resultam de um protocolo que já existe há muito tempo e as verbas para os Contratos Emprego Inserção são de pessoas que estão a receber o subsídio de desemprego ou o Rendimento Social e são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

encaminhados pelo IEFP ou Segurança Social. Apareceu pela primeira vez porque foram requalificados pela DGAL.

Sobre a estrada de Morgade, disse que ainda ontem pediu ao técnico para fazer o levantamento para a intervenção necessária.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2015 – mapas de prestação de contas e relatório de gestão.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Marco Sousa e Acácio Gonçalves.

O deputado Marco Sousa deu aos parabéns ao executivo pelo rigor e pela taxa de execução quer da receita quer da despesa.

Disse que da análise do relatório de gestão, o défice orçamental cifra-se em 2,86% da receita líquida ou seja, se a autarquia de Montalegre representasse o país, o défice seria abaixo dos 3%, cumpria os critérios do PEC.

As transferências do Estado têm vindo a diminuir, no entanto este ano não representa a média.

Do ponto de vista de execução, as receitas correntes têm uma taxa de execução acima dos 100%.

O Município de Montalegre já não tem o orçamento de outrora e isso condiciona a capacidade de investimento via receita e irá ter que recorrer ao crédito para a estrada para Chaves.

Disse que na rubrica de venda de bens e prestação de serviços há uma rubrica aberta para aluguer de espaços e equipamentos. Foi orçamentada em 9 mil euros e não foi executado. Perguntou a que se refere. Suspeita que tenha a ver com o aluguer do Multiusos pois o Partido Socialista utilizou aquele espaço e pode ter a ver com isso, mas queria que explicassem.

Salientou positivamente a receita da EDP e, sob o ponto de vista da despesa, tem uma tendência decrescente.

Realçou a diminuição da dívida e a Câmara está de parabéns.

Disse que o PSD em coligação com o CDS irá abster-se no seguimento da votação da vereação, mas no ponto de vista orçamental, tem um excelente resultado.

O deputado Acácio Gonçalves disse que se levanta falsos testemunhos e têm que lhe provar que está errado. Faz apenas o seu dever de fiscalizar.

Disse que viu num programa de televisão o jornalista Joaquim Letria a apontar o dedo ao Sr. Vice-presidente da Câmara de Montalegre pois este anunciou que quer cobrar dinheiro pelos salvamentos de pessoas perdidas na serra do PNPG. Qualquer dia os bombeiros começam a cobrar-nos taxas se as casas sofrerem um incêndio.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Afirmou que se devia ter mais atenção ao que se diz pois a televisão é um meio de comunicação e que transmite uma má imagem do concelho. É uma questão de bom senso.

Disse que o relatório de contas é o espelho dos documentos previsionais e que relatam a atividade autárquica. Verifica-se que houve um resultado líquido de baixo valor pois aproxima-se mais à gestão de uma empresa. Mas temos que admitir que está a melhorar. Começa-se a dar conta que não adianta andar com orçamentos empolados e depois a taxa de execução de receitas não corresponderem.

Anotou que se verifica uma falha a nível social e apoios familiares, pois a Câmara Municipal de Boticas paga as propinas universitárias a residentes no concelho na ordem de mil euros e Montalegre nada faz. É um apoio condigno pois há muita gente que quer estudar e não tem dinheiro para o fazer.

Falou na dívida e disse que esta também tem melhorado. Já os saneamentos e a água são um verdadeiro problema deste executivo. Apesar de alguns estarem orçamentados e no plano, ainda se ficou aquém da sua execução.

Referiu que para o tratamento de lixo gasta-se dinheiro e fala-se de números exorbitantes.

Sobre as festas do concelho, afirmou que o Sr. da Piedade já não existe e misturam tudo. Misturam escuteiros, associações e futsal, sem pôr o nome no santo. As festas do concelho já se fazem em certas terras mas não em Montalegre pois as de Montalegre andam muito pobres.

Relativamente ao desporto e lazer, energia, sexta 13, feira do fumeiro, concurso pecuário de Salto, animação desportiva automóvel e a cooperativa de Barroso, disse que todas as rubricas disparam e não se lembra desta assembleia fazer alguma alteração orçamental nesse sentido, como é obrigatório por lei.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara fez uso da palavra e disse que, como Vereador da Proteção Civil, cabe-lhe a proteção civil e o socorro e no desempenho dessas funções e nessas condições foram realizadas duas reuniões, uma na Câmara Municipal de Montalegre e outra na Câmara Municipal de Terras de Bouro, onde estiveram presentes pessoas que têm assento na assembleia municipal.

Disse que o que o Sr. Joaquim Letria fez foi fazer um favor a quem vai ao PNPG, que quer usufruir ilegalmente daquilo que lhe apetece. Se gosta muito do PNPG tem obrigação de o preservar. A arrogância com que falaram de Montalegre e do Vice-presidente não lhe dá "direitos". É um ato inconsciente, num dia em que está alerta vermelho, ir para a serra e levar uma criança de 14 anos é cometer um crime por negligência e pelo facto de entrar em hipotermia e solicitar o socorro a custo zero. Disse ainda que não respeitaram os avisos dos guardas do PNPG.

A sua preocupação, enquanto responsável pela proteção civil, é desenvolver um plano de intervenção e de visita para que seja mais fácil o socorro e a proteção dos socorristas.

Disse que as pessoas que decidem ir passear para o PNPG e não respeitam as regras têm que pelo menos respeitar o plano de ordenamento aprovado, onde se sabe o que se pode fazer em cada sítio e nas várias épocas do ano.

Informou que aquilo que está a ser feito no PNPG está feito nas maiores serras portuguesas. Só em Montalegre é que se vê defensores da natureza, que nem vão lá, mas querem lá ir de salto alto e se ofendem muito por se organizarem visitas dentro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

do PNPG. Na Serra da Estrela há duas equipas, dos GIPS e outra da FEB permanentemente. Porque é que "nós" não temos o direito de as reclamar para dentro do nosso parque? Não temos o direito de pôr os elementos de salvamento em risco só porque uns irresponsáveis querem sentir a adrenalina a subir. Não se deve desvalorizar o trabalho de todos os que fazem parte das equipas de resgate, nem esquecer que as mortes que têm acontecido são o pior que pode acontecer para um destino turístico de qualidade.

O Senhor Presidente da Câmara disse que se o deputado Acácio Gonçalves soubesse o que é ser diretor de uma associação, saberia ser contido nas palavras que profere. Fazia-lhe falta fazer uma candidatura à presidência dos Bombeiros Voluntários de Montalegre para perceber a ginástica financeira que tem que se fazer para fazer face às despesas.

Disse que quem quer ir para o PNPG para se divertir ou arriscar a vida deve pagar por isso pois o salvamento de uns pode originar a morte de outros. Disse que é fazer pouco de quem graciosamente se propõe fazer operações de salvamento.

Disse ainda que as posições assumidas pelo Senhor Vice-presidente não são dele mas sim da Câmara.

Quanto ao documento apresentado, disse que vier um economista, que por sinal é da oposição, e fazer uma leitura despida de contornos políticos e elogiá-lo, podemos dizer que o documento fala por si.

O deputado Acácio Gonçalves tem todo o direito de expor as suas dúvidas, mas deve-o fazer com rigor. Quanto ao resultado operacional negativo, enquanto a Câmara Municipal de Montalegre tiver á frente uma equipa do PS, terá sempre o resultado negativo, perto de dois milhões de euros que são dados às associações locais contam como sendo um custo mas para o executivo é um investimento. Investir nas associações é mérito. São parceiros e aliados na estratégia de dinamização do território. E por tudo isso, vamos continuar a dar subsídios independentemente das normas da contabilidade pública considerarem isso como um custo ou uma despesa inútil. Outra despesa considerada inútil são as amortizações que se fazem com o vasto património que a Câmara tem.

Quanto à despesa corrente, disse que se fez uma excelente aplicação da poupança.

Disse que às reuniões da assembleia só vêm as revisões orçamentais. As alterações não são para aqui chamadas.

Quanto ao facto de se gastar mais com o concurso pecuário de Salto, disse que foi porque fez falta. Quando fizer falta gastar no da Venda Nova ou no de Montalegre, também se gastará.

Sobre os saneamentos, disse que o saneamento de Solveira está quase concluído e tem perspetivado fazer o saneamento em Morgade e Vilarinho de Negrões. Fazer o saneamento da Vila da Ponte, que custou mais de um milhão de euros, é obra, porquanto foi feita sem apoio do quadro comunitário. Abriam agora candidaturas para fechar redes, mas tem que se apresentar um estudo que prove que o investimento feito é ressarcido pela receita gerada na venda do bem. Isto é imoral. Tinha que se pôr o preço da água a 100€/m³ para dizer que em dois ou três anos se pagam os investimentos.

Disse que o gasto com a recolha do lixo tem que ser feito e não se pode cortar. Não há dinheiro para gastar com o folclore do pagamento de propinas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Deliberação: Aprovado por maioria com oito abstenções dos deputados Acácio Gonçalves, Albertina Lopes, Sofia Fernandes, Marco Sousa, Domingos Vasconcelos, Pedro Barroso, Joaquim Babo e Alda Malho.

4.3 - Minuta de Contrato-Programa a celebrar entre os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A e parecer do Fiscal Único.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Marco Sousa.

O deputado Acácio Gonçalves disse que as transferências que a EHATB faz, para serem legais, deviam ser feitas diretamente para o Município pois é o acionista que tem o direito de distribuir as verbas como bem entender.

O deputado Marco Sousa disse que o PSD vai votar contra essencialmente por uma questão de coerência com a vereação e por uma questão de transparência transferindo o dinheiro diretamente para o Município.

O Senhor Presidente da Câmara disse que não se trata de evasão fiscal, não se trata de fugir aos impostos. Trata-se de uma forma contabilística que permite à EHATB candidatar-se a fundos comunitários que os municípios isoladamente não conseguem e para isso são precisos os contratos programa.

O deputado Acácio Gonçalves fez uso da palavra para fazer um protesto à Mesa pois disse que o Presidente da Assembleia, prepotentemente, corta o direito ao uso da palavra em defesa da honra, quando a assembleia tem o direito e o dever de fiscalizar o executivo.

Deliberação: Aprovado por maioria com oito votos contra dos deputados Acácio Gonçalves, Albertina Lopes, Sofia Fernandes, Marco Sousa, Domingos Vasconcelos, Pedro Barroso, Joaquim Babo e Alda Malho.

4.4 – EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso / Relatório e Contas ano 2015 / Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Acácio Gonçalves disse que a conta de gerência da EHATB indica que em donativos deram perto de dois milhões de euros para Juntas de Freguesia, associações culturais e outras entidades da região do Alto Tâmega. Aqui é bem explícito que, para além dos donativos que deram aos municípios, também deram a outras instituições, ao contrário do contrato programa que não discrimina para onde vai o dinheiro.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.5 - EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso /Relatório de Execução Orçamental 4º trimestre 2015 /Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento

4.6 - EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso/Plano de Atividades e Orçamento – 1ª Revisão – 2016 / Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento

4.7- Projeto de Regulamento Municipal de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Domingos Vasconcelos.

O deputado Acácio Gonçalves disse que graças a Deus, que foi aprovado este regulamento. A bancada do PSD/CDS vai apresentar uma queixa formal sobre as condições de trabalho em que os deputados municipais trabalham. Não têm uma mesa adequada para escrever, uma cadeira adequada para estar sentado, isto é, não há condições salutaras para fazer o exercício das suas funções.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que a reunião estava a ser muito crispada e pouco positiva. Devemos concentrar-nos mais nos problemas do concelho e deixar as quezílias de lado.

Disse que as pessoas que prevaricarem, que não respeitem as regras devem pagar. Não é a Câmara, os bombeiros e a GNR a correr riscos e acarretar custos por causa de uma inconsciência.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que há pequenos cuidados que podem salvar vidas como é o caso da utilização de coletes refletivos, botas de segurança, viseiras e as viaturas deviam ter o símbolo do Município.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.8 – Proposta de Regulamento que estabelece os Procedimentos a Observar em Caso de Acidentes de Trabalho.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.9 – Proposta de Regulamento Municipal de Fardamento e Equipamento de Proteção Individual.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.10 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sra. Fernanda Gonçalves Carneiro Pires, residente em Linharelhos, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.11 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sr. Fernando Manuel Abreu Carvalho Azevedo, residente em Lourenço, freguesia de Cabril, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.12 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sr. José Carlos Castelo Apolónio, com a propriedade em S. Mateus, freguesia da Chã, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.13 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sr. José Carlos Castelo Apolónio, residente em Meixide, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.14 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sr. Sérgio Manuel Barreira Azevedo, residente em Venda Nova, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.15 - Pedido de declaração de interesse público municipal formulado pela Sr. Luís Miguel Passos Magalhães, residente em Beçós, freguesia de Salto, destinado a permitir a instalação e funcionamento de atividade agropecuária, (Dec. Lei nº 165/2014, de 5/11).

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

5 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, não se tendo verificado qualquer inscrição.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que, terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas